**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS**

NOTA TÉCNICA N^o 606/2009/COGES/DENOP/SRH/MP

ASSUNTO: Acumulação de pensão e cargo público

Referência: Processo n^o [REDACTED]

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Retornam os autos a esta Coordenação-Geral de Elaboração, Sistematização e Aplicação das Normas-COGES/DENOP/SRH/MP, encaminhados pela Consultoria Jurídica deste Ministério, que trata de pensão temporária à Senhora [REDACTED] os, a qual acumula o benefício com cargo público na Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo.

ANÁLISE

2. O assunto já foi objeto de análise por parte desta Coordenação-Geral, entretanto, em face da complexidade da matéria, submeteu os autos à Consultoria Jurídica deste Ministério, solicitando a emissão de parecer conclusivo quanto à manutenção do benefício de pensão, objeto destes autos.

3. Diante disso, a Consultoria Jurídica deste Ministério pronunciou-se, por meio do PARECER/MP/CONJUR/SMM/N^o 0783-2.21/2009, com o seguinte entendimento:

“12. Assim, preliminarmente, a fim de solucionar a controvérsia constante nos presentes autos bastaria, em princípio, definir se o cargo público ocupado pela beneficiária seria ou não de caráter permanente.

13. Consoante se constata dos documentos constantes dos autos, especialmente o esclarecimento da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, às fls.224, datado de 21 de julho de 2004, no sentido de que:

“ a admissão da servidora se deu, a vista do parágrafo 2º do artigo 18 da LC 674/92 e Decreto 39.546/94, em virtude de habilitação em concurso público, homologado em 28/12/94, em caráter excepcional, nos termos do artigo 1º, inciso I da Lei 500/74, com redação alterada pelo artigo 203 da LC 180/78, para exercer, em caráter TEMPORÁRIO e em jornada completa de trabalho, a função atividade de ENFERMEIRO

14. A referida Lei n^o 500 de 13 de novembro de 1974, que instituiu o regime jurídico dos servidores admitidos em caráter temporário no Estado de São Paulo, na acepção da Professora Maria Silvia Zanella di Pietro “acabou por desvirtuar a norma constitucional e com ela conflitar, ao estabelecer, para os servidores “temporários”, regime jurídico praticamente igual ao do funcionário público, com a agravante de aplicá-lo a funções de caráter permanente.

15. Ocorre que, conforme notícias veiculadas na internet, cópias ora juntadas, desde maio de 2007, o governo federal e o governo do Estado de São Paulo anunciaram acordo para redação de projeto de lei que tornaria efetivos 205 mil servidores temporários, regidos sob a égide da Lei nº500, de 1974.

16. Tal medida restou implementada, mediante a promulgação da Lei Complementar nº1010, publicada no Diário Oficial de 1º de junho de 2007, cópia anexa, que no §2º do seu artigo 2º dispôs:

Artigo 2º - São segurados do RPPS e do RPPM do Estado de São Paulo, administrados pela SPPREV:

I - os titulares de cargos efetivos, assim considerados os servidores cujas atribuições, deveres e responsabilidades específicas estejam definidas em estatutos ou normas estatutárias e que tenham sido aprovados por meio de concurso público de provas ou de provas e títulos ou de provas de seleção equivalentes

.....

§ 2º - **Por terem sido admitidos para o exercício de função permanente, inclusive de natureza técnica, e nos termos do disposto no inciso I deste artigo, são titulares de cargos efetivos os servidores ativos e inativos que, até a data da publicação desta lei, tenham sido admitidos com fundamento nos incisos I e II do artigo 1º da Lei nº 500, de 13 de novembro de 1974.**

§ 3º - O disposto no § 2º deste artigo aplica-se aos servidores que, em razão da natureza permanente da função para a qual tenham sido admitidos, estejam na mesma situação ali prevista

17. Do exposto, constata-se que, desde a publicação da referida lei complementar paulista, em junho de 2007, houve alteração da situação da beneficiária [REDACTED], que passou de ocupante de cargo de natureza temporária, admitida sob a égide da Lei nº 500, de 1974, para ocupante de cargo efetivo.

18. Em hipótese análoga a esta em que filha maior solteira, anteriormente ocupante de cargo de natureza temporária, por força de lei, passou a ser detentora de cargo público efetivo, **o Supremo Tribunal Federal firmou entendimento no sentido de que nessa hipótese há a cessação do direito ao benefício à luz do parágrafo único do artigo 5º da Lei n.º 3373, de 1958.**

19. Assim, o entendimento desta Consultoria Jurídica faz-se no sentido de ser ilegal a acumulação da pensão, instituída pelo ex-servidor [REDACTED] E [REDACTED], por parte da beneficiária [REDACTED] S, filha maior de vinte e um anos, solteira, então ocupante de cargo público de natureza temporária, **desde a publicação da Lei Complementar nº1010, publicada em 1º de junho de 2007, que transformou em cargos efetivos, os cargos ocupados pelos servidores admitidos com fundamento nos incisos I e II do artigo 1º da Lei nº 500, de 13 de novembro de 1974.**

4. Destarte, esta Secretaria de Recursos Humanos/MP adota o entendimento esposado pela CONJUR/MP, no sentido de que é indevida a acumulação de pensão com o cargo público ocupado pela Senhora [REDACTED], desde a publicação da Lei Complementar nº1010, em 1º de junho de 2007.

5. Face ao exposto, submetemos a Nota Técnica à Senhora Coordenadora-Geral de Elaboração, Sistematização e Aplicação das Normas Substituto, para que, se de acordo, submeta o assunto à apreciação da Senhora Diretora do Departamento de Normas e Procedimentos Judiciais-Substituta com posterior envio à Coordenação-Geral de Recursos Humanos do Ministério da Fazenda, para conhecimento do PARECER/MP/CONJUR/SMM/Nº 0783-2.21/2009.

À consideração superior,

Brasília, 24 de novembro de 2009

MÁRCIA DE OLIVEIRA COSTA AZEVEDO
Matrícula 0484218

CLEONICE SOUSA DE OLIVEIRA
Chefe da Divisão de Análise de Processos-Substituta

De acordo. Encaminhe-se à Diretora do Departamento de Normas e Procedimentos Judiciais-Substituta.

Brasília, 24 de novembro de 2009

VANESSA SILVA DE ALMEIDA
Coordenadora - Geral de Elaboração, Sistematização e
Aplicação das Normas

Aprovo. Encaminhe-se à Coordenação-Geral de Recursos Humanos do Ministério da Fazenda, na forma proposta.

Brasília, 26 de novembro de 2009

VALÉRIA PORTO
Diretora do Departamento de Normas e
Procedimentos Judiciais-Substituta